



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 7189 ENT.: 6842 PROC. N.º:	30/10/2012

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 3760/XII/1.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 5257, datado de 30 de outubro, do Gabinete do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

Gabinete da Secretária de Estado
dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Entrada n.º 6842
Data: 30-10-2012

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete da
Secretária de Estado dos Assuntos
Parlamentares e da Igualdade
Dra. Marina Resende

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Of. N.º 5712/SEAPI	01/08/2012	N.º: /2012 ENT.: /2012 PROC. N.º:	

ASSUNTO: Resposta à pergunta n.º 3760/XII/1ª, de 01 de agosto de 2012
«Grupo de Trabalho - Financiamento do Turismo»

Na sequência do ofício acima identificado e, em resposta à pergunta n.º 3760/XII/1ª, de 01 de agosto de 2012, formulada por vários Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Economia e do Emprego de, relativamente às questões colocadas, que se referem às suas competências em razão da matéria, transmitir o seguinte:

- O Grupo de Trabalho do Financiamento do Turismo teve como grande objetivo contribuir para a concretização de um modelo de atuação baseado numa visão estratégica integrada, que assegurasse uma mais eficiente coordenação dos diversos meios de apoio e sistemas de incentivos, existentes ou a criar, com vista à sua melhor gestão e uma efetiva adequação às reais necessidades das empresas;
- Para isso, começou por elaborar um diagnóstico, no qual foi claro que a definição estratégica do turismo que havia sido definida para o período de 2006 a 2015 foi condutora de um forte crescimento da oferta qualificada, centrada em categorias de quatro e cinco estrelas, um pouco por todo o país. Nessa linha, surgiu ainda um conjunto de *resorts* integrados, onde a imobiliária turística se traduziu numa âncora de desenvolvimento. Estes foram os principais fatores de capacitação, a par de alguns elementos de animação, incluindo eventos, direcionados à captação da procura;
- Mas a verdade é que objetivos de crescimento da procura não foram atingidos. Não foi possível atingir um acréscimo de turistas que absorvesse o aumento de oferta desenvolvida, orientada para uma procura qualificada e exigente, mais difícil de atrair, e envolvendo um esforço de investimento significativo por unidade instalada;



- Essa perspetiva da evolução recente, conjugada com a atual conjuntura, resultou numa situação em que a grande maioria das empresas sente tensões financeiras de tesouraria, dificuldades no cumprimento do serviço das dívidas na realização de novos projetos e na manutenção da qualificação dos atuais;
- Por outro lado, o sistema financeiro está obrigado à redução dos níveis de alavancagem, limitando a disponibilidade para apoio à economia e às empresas, por isso praticando maior seletividade na concessão do crédito, tanto pelo aumento do preço, como pelo acréscimo de exigência na análise de risco e nas garantias, entre outros;
- Face a isso, o Grupo de Trabalho apontou como principais prioridades e linhas de ação, nos financiamentos das empresas do turismo, as seguintes:
 - A intervenção pública entendida como complementar e facilitadora do envolvimento das instituições financeiras;
 - Prioridade na forma de tornar o acesso ao crédito mais fácil às empresas, em condições satisfatórias de preço;
 - Transmitir de forma clara, quais as prioridades de atuação dos financiamentos às atividades económicas do turismo;
 - Priorizar a requalificação da oferta e promover o aumento de dimensão das unidades mediante projetos de cooperação e concentração;
 - Fomentar o empreendedorismo, principalmente nas atividades consideradas complementares, nomeadamente como a animação;
 - Identificar medidas que contribuam para melhorar as condições de rentabilidade das empresas, desta forma aumentando a sua capacidade de autofinanciamento;
 - Atuar junto das várias entidades públicas envolvidas no apoio ao setor, promovendo a simplificação de processos, divulgação dos mecanismos e desenvolvendo uma relação de parceria que qualifique o serviço prestado aos seus clientes, empresas e outras entidades;
- Por fim, o Grupo de Trabalho estabeleceu no seu relatório, como recomendação de Linhas de Intervenção, as seguintes:



- Assegurar fontes de financiamento adicionais que pretendam gerar liquidez a partir dos ativos disponíveis;
 - Privilegiar a rentabilização dos ativos existentes, assegurando condições de qualificação e competitividade;
 - Permitir a requalificação dos empreendimentos turísticos, garantindo uma melhor adequação às necessidades da procura turística e maior competitividade da oferta;
 - Quanto a novos investimentos turísticos, só aqueles considerados de forte interesse turístico e diferenciados, privilegiando a recuperação e adaptação de património existente;
 - Atuar em processos de concentração empresarial, que permitam maior competitividade das empresas nacionais, através de economias de escala e profissionalização da gestão;
 - Investir em atividades turísticas consideradas complementares, como a animação turística ou a restauração, que contribuam para a atração, para o aumento da permanência média e para um maior grau de satisfação dos turistas;
 - Privilegiar os investimentos em lógicas de regeneração urbana e que contribuam para o desenvolvimento urbano integrado sustentável de zonas turísticas de interesse;
- Todo este trabalho culminou na apresentação de quarenta recomendações, agrupadas por:
 - a) Prioridades de Atuação
 - b) Modelos de Organização e de Governação
 - c) Quadro dos Instrumentos Financeiros
 - d) Medidas de Dinamização da Atividade Turística
 - e) Indicadores e Regulamentos
 - Muitas dessas recomendações já foram ou estão a ser implementadas.
 - É do conhecimento público que um dos principais resultados do referido grupo de trabalho, na adequação dos instrumentos financeiros de apoio à situação económica e financeira das empresas, é o chamado memorando de entendimento com a banca, que prevê um conjunto de



linhas de financiamento. Posto isto, em que consiste e em que medida é que se espera que este documento ajude as empresas nas dificuldades que estão a atravessar com a atual conjuntura?

- Esta é uma das recomendações do Grupo de Trabalho, que já foi adotada e que constitui um poderoso instrumento específico do turismo, de financiamento das empresas que, conjugado com outros existentes, como os previstos no QREN, ou os transversais à economia, realizam um quadro completo de intervenção;
- Através do memorando de entendimento com a Banca, vulgarmente apelidado de “Protocolo Bancário”, pretende-se estimular a concessão de crédito por parte de entidades vocacionadas para o efeito, os Bancos, proporcionando às empresas melhores condições de acesso ao financiamento, com custo mais reduzido. Pretende-se também que um maior número de empresas seja beneficiado, em diferentes tipologias de operações, que responda a um maior leque de necessidades;
- Trata-se de linhas de financiamento que foram criadas especificamente para o turismo, que vão apoiar as necessidades de tesouraria de curto prazo, mas também, permitir às empresas melhorar a sua competitividade, através de créditos de prazos mais alargados para ações de requalificação, de reestruturação das suas dívidas e mesmo de criação de oferta para projetos de marcado interesse pela inovação e diferenciação que demonstrem. Os processos de concentração empresarial serão também contemplados, pois considerou-se que este é um caminho certo para enfrentar a concorrência forte que se faz sentir internacionalmente. Por último, é de destacar ainda a necessidade de algumas empresas ganharem tempo, flexibilizando ou alargando os prazos de reembolso dos créditos atuais;
- Em suma, como principais eixos de atuação temos:
 - Requalificação de empreendimentos turísticos existentes, no sentido de os manter ou posicionar em segmentos de mercado de maior valor acrescentado ou de interesse estratégico;
 - Necessidades de curto prazo e de reestruturação dos serviços de dívida, no sentido de aliviar a forte pressão na gestão de tesouraria das empresas;
 - Capitalização das empresas, reforçando a sua solidez financeira e diminuindo os níveis de alavancagem;
 - Concretização de projetos de cooperação e de concentração entre empresas, tendo em vista dotá-las de dimensão e capacidades que lhes permitam reagir a conjunturas adversas como a atual;



- E como mecanismos de intervenção temos:
 - Linha de Apoio à Tesouraria;
 - Carência de Reembolsos;
 - Linha de Apoio à Qualificação da Oferta;
- Assim, o Protocolo Bancário vigora ente fevereiro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, prevendo-se uma indução de 200 milhões de euros de investimentos, no sector do turismo;
- Para tal, o Turismo de Portugal irá dispor dos meios financeiros adequados, para conceder financiamentos a par dos Bancos, partilhando um esforço de dinamização económica e financeira do sector;
- Foi reestruturado o capital de risco público, com a fusão das diversas entidades existentes, dando origem à Portugal Ventures. A intervenção da Portugal Ventures no sector do Turismo irá incidir, predominantemente:
 - Na requalificação e reconversão de empreendimentos existentes;
 - No envolvimento seletivo em novos empreendimentos e projetos de carácter inovador, designadamente naqueles que tenham impacto na recuperação do património existente, e dos que evidenciem uma aposta em atividades de animação turística que permitam a captação de novos segmentos de mercado e a comercialização dos produtos turísticos, com especial destaque para a internacionalização;
 - Na consolidação do setor, visando-se uma maior capacidade de afirmação e eficiência de gestão, nomeadamente através da agregação de unidades independentes em grupos hoteleiros e/ou fusões entre estes.
- A Portugal Ventures, utilizando os instrumentos de capital próprio sob sua gestão, assumirá um papel de complementaridade com as linhas de financiamento da banca, do QREN e outros, contribuindo para a melhoria da autonomia financeira das empresas, por forma a dar cumprimento aos cada vez mais exigentes requisitos do sector financeiro. Esta função assume especial relevância nos projetos de animação turística uma vez que, na sua grande maioria, não integram qualquer ativo tangível;
- Deste modo, a estratégia de investimento do capital de risco público, a par da abordagem das instituições financeiras, mas também do QREN e restantes instrumentos financeiros públicos,





para o setor do Turismo, é norteada por princípios de rentabilidade e equilíbrio que assegurem, por um lado, a valorização económico-financeira das empresas e, por outro, a sustentabilidade no longo prazo dos financiamentos sob gestão. Ou seja, procuramos assim contribuir para um tecido empresarial ajustado ao mercado, financeiramente equilibrado e economicamente viável, como forma de garantir o sucesso do Turismo em Portugal a longo prazo.

Com os melhores cumprimentos,

MA Chefe do Gabinete

Marta Neves

Marta Sousa dos Santos
Assessora
Chefe do Gabinete
Em substituição